

Daniel Castro Gomes da Costa

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

CONFORME:

- Emenda Constitucional nº 97 de 2017
- Emenda Constitucional nº 107 de 2020
- Resoluções TSE – Eleições 2020

2ª Edição revista, ampliada e atualizada

FORUM

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

CONFORME:

Emenda Constitucional nº 97 de 2017
Emenda Constitucional nº 107 de 2020
Resoluções TSE – Eleições 2020

2ª edição revista, ampliada e atualizada

“Se o desenvolvimento teórico do Direito Eleitoral se mostra em estágio muito incipiente, embora já dotado de valorosas contribuições, a faceta processual se recente ainda mais de evolução. No ponto, chama atenção o desafio imposto pelo novel Código de Processo Civil de efetivação de sua aplicabilidade aos processos eleitorais, sempre observada a compatibilidade sistêmica, não só da já conhecida forma subsidiária, no caso de omissão, mas também supletiva, a título de complementação, notadamente em face de normas antigas, mofadas, facilmente identificadas na ambiência da legislação eleitoral.

Por isso, a obra acerta em cheio não só na escolha de seu objeto principal de ferimento, mas também na forma em que ela o realiza, vale dizer, didática, densa, prática e certa, ancorada na melhor coleção bibliográfica e constantemente associada à jurisprudência mais atualizada”.

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Área específica
DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins
DIREITO ELEITORAL. DIREITO PROCESSUAL.
AÇÕES ELEITORAIS. RECURSOS ELEITORAIS.

Público-alvo/consumidores
OPERADORES DO DIREITO ELEITORAL
(MAGISTRADOS, MEMBROS DO MP E
ADVOGADOS).

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10001819

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C887c Costa, Daniel Castro Gomes da
Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da Costa. 2ª edição.
Belo Horizonte : Fórum, 2020.
881p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-067-1

1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito processual. 4. Ações Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título.

CDD: 324.64

CDU: 342.8

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 881p. ISBN 978-65-5518-067-1.

Daniel Castro Gomes da Costa é Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na *Harvard Law School* (EUA). Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Comissão Especial de Direito Regulatório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Professor em diversos cursos de pós-graduação em direito eleitoral e administrativo. Autor de diversas obras jurídicas, dentre as principais: *Curso de Direito Processual Eleitoral* (1 ed., Fórum), *Partidos Políticos e Compliance* (Fórum), *Democracia, Justiça e Cidadania* (Fórum), *Direito Eleitoral Comparado* (Fórum), *Direito Regulatório* (Fórum), *Segurança Jurídica e as Alterações na Jurisprudência Tributária* (Ed. Pillares) e *Comentários à Minirreforma Eleitoral* (Ed. Pillares).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	19
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Reynaldo Soares da Fonseca	23
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL.....	27
1.1 Direitos Políticos	27
1.2 Direito Eleitoral.....	29
1.2.1 Conceitos, Fundamentos e Importância.....	29
1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral.....	31
1.2.2.1 Fontes Materiais.....	32
1.2.2.2 Fontes Formais	33
1.3 Modelos de Organização Eleitoral	35
1.4 Direito Processual Eleitoral	40
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL.....	43
2.1 Conceito	43
2.2 Princípio Democrático	46
2.3 Princípio da Representatividade	51
2.4 Estado Democrático de Direito.....	56
2.5 Princípio da Soberania Popular.....	63
2.6 Princípio Republicano.....	67
2.7 Princípio Federativo	71
2.8 Sufrágio Universal.....	73
2.9 Princípio da Legitimidade.....	84
2.10 Princípio da Moralidade.....	87
2.11 Princípio da Probidade	93
2.12 Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral.....	97
2.12.1 Princípio do Devido Processo Legal	97
2.12.2 Princípio do Contraditório	102
2.12.3 Princípio da Ampla Defesa.....	104
2.12.4 Princípio da Igualdade.....	107
2.12.5 Princípio do Juiz Natural.....	116
2.12.6 Princípio da Vedação à Prova Ilícita	120
2.12.7 Princípio da Duração Razoável do Processo	129
2.12.8 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	135
2.12.9 Preclusão Instantânea	139
2.12.10 Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	145
CAPÍTULO 3	
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....	149
3.1 Sistema Eleitoral Majoritário.....	150
3.2 Sistema Eleitoral Proporcional.....	150

3.3	Sistema Eleitoral - Eleições 2020.....	153
CAPÍTULO 4		
	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	157
4.1	Competência Legislativa.....	157
4.2	Constituição Federal.....	157
4.3	Código Eleitoral.....	160
4.4	Lei das Eleições - Lei n. 9.504, de 1997.....	162
4.5	Lei dos Partidos Políticos - Lei n. 9.096, de 1995.....	163
4.6	Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar n. 64, de 1990.....	165
CAPÍTULO 5		
	ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	167
5.1	Juntas Eleitorais.....	167
5.2	Juízes Eleitorais.....	169
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais.....	170
5.3.1	Composição.....	170
5.3.2	Competência.....	172
5.3.2.1	Competência Jurisdicional.....	173
5.3.2.2	Competência Administrativa.....	174
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	176
5.4.1	Composição.....	176
5.4.2	Competência.....	178
5.4.2.1	Competência Jurisdicional.....	179
5.4.2.1.1	Competência Administrativa.....	180
5.4.2.1.2	Competência Normativa.....	181
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral brasileira.....	185
5.6	Ministério Público Eleitoral.....	186
5.6.1	Noções introdutórias.....	186
5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	191
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais.....	192
5.6.4	Promotores Eleitorais.....	193
CAPÍTULO 6		
	AÇÕES ELEITORAIS.....	195
6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	198
6.1.1	Conceito.....	198
6.1.2	Fundamentação Legal.....	203
6.1.3	Natureza Jurídica.....	203
6.1.4	Legitimidade.....	206
6.1.5	Prazo.....	213
6.1.6	Competência.....	219
6.1.7	Rito Processual.....	219
6.1.8	Efeitos.....	221
6.1.9	Recursos.....	223
6.1.10	Resumindo.....	224
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	225
6.2.1	Conceito.....	225
6.2.2	Fundamentação Legal.....	227
6.2.3	Natureza Jurídica.....	228
6.2.4	Legitimidade.....	228
6.2.5	Prazo.....	236
6.2.6	Competência.....	240
6.2.7	Rito Processual.....	240
6.2.8	Efeitos.....	245

6.2.9	Recursos	246
6.2.10	Resumindo.....	247
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	248
6.3.1	Conceito	248
6.3.2	Fundamentação Legal.....	248
6.3.3	Natureza Jurídica.....	253
6.3.4	Legitimidade	253
6.3.5	Prazo	260
6.3.6	Competência.....	263
6.3.7	Rito Processual.....	263
6.3.8	Efeitos	264
6.3.9	Recursos	264
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	264
6.3.11	Resumindo.....	278
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	279
6.4.1	Conceito	279
6.4.2	Fundamentação Legal.....	284
6.4.3	Natureza Jurídica.....	284
6.4.4	Legitimidade	284
6.4.5	Prazo.....	289
6.4.6	Competência.....	290
6.4.7	Rito Processual.....	292
6.4.8	Efeitos	296
6.4.9	Recursos	296
6.4.10	Resumindo.....	297
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	298
6.5.1	Conceito	298
6.5.2	Fundamentação Legal.....	306
6.5.3	Natureza Jurídica.....	307
6.5.4	Legitimidade	307
6.5.5	Prazo.....	309
6.5.6	Competência.....	311
6.5.7	Rito Processual.....	311
6.5.8	Efeitos	313
6.5.9	Recursos	315
6.5.10	Resumindo.....	317
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	317
6.6.1	Conceito	317
6.6.2	Fundamentação Legal.....	318
6.6.3	Natureza Jurídica.....	318
6.6.4	Legitimidade	319
6.6.5	Prazo.....	322
6.6.6	Competência.....	324
6.6.7	Rito Processual.....	324
6.6.8	Efeitos	327
6.6.9	Recursos	331
6.6.10	Resumindo.....	331
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	332
6.7.1	Conceito	332
6.7.2	Fundamentação Legal.....	332
6.7.3	Natureza Jurídica.....	341
6.7.4	Legitimidade	342
6.7.5	Prazo.....	345
6.7.6	Competência.....	348
6.7.7	Rito Processual.....	349
6.7.8	Efeitos	351

6.7.9	Recursos	353
6.7.10	Resumindo.....	353
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV)	354
6.8.1	Conceito	354
6.8.2	Fundamentação Legal.....	356
6.8.3	Natureza Jurídica.....	379
6.8.4	Legitimidade	379
6.8.5	Prazo.....	382
6.8.6	Competência.....	383
6.8.7	Rito Processual.....	383
6.8.8	Efeitos	384
6.8.9	Recursos	390
6.8.10	Resumindo.....	390
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE)	391
6.9.1	Conceito	391
6.9.2	Fundamentação Legal.....	392
6.9.3	Natureza Jurídica.....	397
6.9.4	Legitimidade	400
6.9.5	Prazo.....	402
6.9.6	Competência.....	403
6.9.7	Rito Processual.....	404
6.9.8	Efeitos	406
6.9.9	Recursos	407
6.9.10	Resumindo.....	407
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL)	407
6.10.1	Conceito	407
6.10.2	Fundamentação Legal.....	408
6.10.3	Natureza Jurídica.....	409
6.10.4	Legitimidade	409
6.10.5	Prazos	410
6.10.6	Competência.....	414
6.10.7	Rito Processual.....	416
6.10.8	Efeitos	417
6.10.9	Recursos	425
6.10.10	Resumindo.....	426
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI) ..	426
6.11.1	Conceito	426
6.11.2	Fundamentação Legal.....	435
6.11.3	Natureza Jurídica.....	436
6.11.4	Legitimidade	436
6.11.5	Prazos	438
6.11.6	Competência.....	439
6.11.7	Rito Processual.....	439
6.11.8	Efeitos	440
6.11.9	Recursos	440
6.11.10	Resumindo.....	442
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP).....	442
6.12.1	Conceito	442
6.12.2	Fundamentação Legal.....	445
6.12.3	Natureza Jurídica.....	446
6.12.4	Legitimidade	446
6.12.5	Prazos	450
6.12.6	Competência.....	452
6.12.7	Rito Processual.....	453
6.12.8	Efeitos	455

6.12.9	Recursos	456
6.12.10	Resumindo.....	457
6.13	Consulta	457
6.13.1	Conceito	457
6.13.2	Fundamentação Legal.....	460
6.13.3	Natureza Jurídica.....	460
6.13.4	Legitimidade	461
6.13.5	Prazo	468
6.13.6	Competência.....	471
6.13.7	Rito Processual.....	472
6.13.8	Efeitos e Recursos	477
6.13.9	Resumindo.....	477
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral.....	477
6.14.1	Conceito	477
6.14.2	Fundamentação Legal.....	483
6.14.3	Natureza Jurídica.....	484
6.14.4	Legitimidade	486
6.14.5	Prazo	491
6.14.6	Competência.....	497
6.14.7	Rito Processual.....	498
6.14.8	Efeitos	517
6.14.9	Recursos	519
6.14.10	Resumindo.....	521

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	523
7.1 <i>Habeas Data</i>	523
7.1.1 Conceito	523
7.1.2 Fundamentação Legal.....	524
7.1.3 Natureza Jurídica.....	525
7.1.4 Legitimidade	525
7.1.5 Prazo	525
7.1.6 Competência.....	526
7.1.7 Rito Processual.....	526
7.1.8 Efeitos	528
7.1.9 Recursos	528
7.1.10 Resumindo.....	529
7.2 Mandado de Injunção	530
7.2.1 Conceito	530
7.2.2 Fundamentação Legal.....	530
7.2.3 Natureza Jurídica.....	531
7.2.4 Prazo	531
7.2.5 Competência.....	531
7.2.6 Legitimidade	532
7.2.7 Rito Processual.....	532
7.2.8 Efeitos	533
7.2.9 Recursos	534
7.2.10 Resumindo.....	535
7.3 Mandado de Segurança no Direito Eleitoral	535
7.3.1 Conceito	535
7.3.2 Fundamentação Legal.....	538
7.3.3 Natureza Jurídica.....	541
7.3.4 Legitimidade	543
7.3.5 Prazo.....	549
7.3.6 Competência.....	549

7.3.7	Rito Processual.....	551
7.3.8	Efeitos	552
7.3.9	Recursos	552
7.3.10	Resumindo.....	553

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....	555	
8.1	Considerações Iniciais.....	555
8.2	Embargos de Declaração	556
8.2.1	Conceito	556
8.2.2	Fundamentação Legal.....	557
8.2.3	Natureza Jurídica.....	567
8.2.4	Legitimidade	568
8.2.5	Prazo.....	569
8.2.6	Competência.....	570
8.2.7	Rito Processual.....	570
8.2.8	Efeitos	574
8.2.9	Recursos	578
8.2.10	Resumindo.....	578
8.3	Agravo Interno.....	579
8.3.1	Conceito	579
8.3.2	Fundamentação Legal.....	579
8.3.3	Natureza Jurídica.....	581
8.3.4	Legitimidade	581
8.3.5	Prazo.....	581
8.3.6	Competência.....	583
8.3.7	Rito Processual.....	583
8.3.8	Efeitos	585
8.3.9	Recursos	585
8.3.10	Resumindo.....	586
8.4	Agravo de Instrumento.....	586
8.4.1	Conceito	586
8.4.2	Fundamentação Legal.....	587
8.4.3	Natureza Jurídica.....	591
8.4.4	Legitimidade	591
8.4.5	Prazo.....	592
8.4.6	Competência.....	593
8.4.7	Rito Processual.....	593
8.4.8	Efeitos	594
8.4.9	Recursos	594
8.4.10	Resumindo.....	594
8.5	Recurso Ordinário	595
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	595
8.5.1.1	Conceito	595
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	596
8.5.1.3	Natureza Jurídica.....	597
8.5.1.4	Legitimidade	597
8.5.1.5	Prazo.....	598
8.5.1.6	Competência.....	599
8.5.1.7	Rito Processual.....	599
8.5.1.8	Efeitos	599
8.5.1.9	Resumindo.....	603
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral.....	603
8.5.2.1	Conceito	603
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	604

8.5.2.3	Natureza Jurídica.....	609
8.5.2.4	Legitimidade	609
8.5.2.5	Prazo.....	609
8.5.2.6	Competência.....	609
8.5.2.7	Rito Processual.....	609
8.5.2.8	Efeitos	610
8.5.2.9	Recursos	610
8.5.2.10	Resumindo.....	611
8.6	Recurso Especial	612
8.6.1	Conceito	612
8.6.2	Fundamentação Legal.....	612
8.6.3	Natureza Jurídica.....	615
8.6.4	Legitimidade	615
8.6.5	Prazo.....	617
8.6.6	Competência.....	621
8.6.7	Rito Processual.....	621
8.6.8	Efeitos	627
8.6.9	Recursos	629
8.6.10	Resumindo.....	629
8.7	Recurso Extraordinário.....	630
8.7.1	Conceito	630
8.7.2	Fundamentação legal.....	630
8.7.3	Natureza Jurídica.....	634
8.7.4	Legitimidade	635
8.7.5	Prazo.....	635
8.7.6	Competência.....	636
8.7.7	Rito Processual.....	636
8.7.8	Efeitos	643
8.7.9	Recursos	644
8.7.10	Resumindo.....	644
8.8	Reclamação	645
8.8.1	Conceito	645
8.8.2	Fundamentação Legal.....	646
8.8.3	Natureza Jurídica.....	647
8.8.4	Legitimidade	647
8.8.5	Prazo.....	647
8.8.6	Competência.....	648
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades.....	650
8.8.8	Resumindo.....	650
8.9	Recursos Inominados Eleitorais	650
8.9.1	Conceito	650
8.9.2	Fundamentação Legal.....	651
8.9.3	Natureza Jurídica.....	652
8.9.4	Legitimidade	652
8.9.5	Prazo.....	654
8.9.6	Competência.....	655
8.9.7	Rito Processual.....	656
8.9.8	Efeitos	658
8.9.9	Recursos	658
8.9.10	Resumindo.....	658

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS	659	
9.1	Considerações Iniciais.....	659
9.2	Recurso em Sentido Estrito	670

9.2.1	Conceito	670
9.2.2	Fundamentação Legal	670
9.2.3	Natureza Jurídica	672
9.2.4	Legitimidade	672
9.2.5	Prazo	673
9.2.6	Competência	673
9.2.7	Rito Processual	673
9.2.8	Efeitos	673
9.2.9	Recursos	674
9.2.10	Resumindo	674
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	674
9.3.1	Conceito	674
9.3.2	Fundamentação Legal	674
9.3.3	Natureza Jurídica	680
9.3.4	Legitimidade	680
9.3.5	Prazo	680
9.3.6	Competência	680
9.3.7	Rito Processual	684
9.3.8	Efeitos	686
9.3.9	Recursos	686
9.3.10	Resumindo	688
9.4	Revisão Criminal Eleitoral	688
9.4.1	Conceito	688
9.4.2	Fundamentação Legal	688
9.4.3	Natureza Jurídica	691
9.4.4	Legitimidade	691
9.4.5	Prazo	691
9.4.6	Competência	691
9.4.7	Rito Processual	691
9.4.8	Efeitos	692
9.4.9	Resumindo	692
REFERÊNCIAS		693

ANEXOS

ANEXO A – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral		701
ANEXO B – Súmulas do Supremo Tribunal Federal em Matéria Eleitoral		705
ANEXO C – Súmulas do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Eleitoral		707
ANEXO D – Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral		709
ANEXO E – Emendas Constitucionais		725
1.	Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017	725
2.	Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020	727
ANEXO F – Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016 - Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral		729
ANEXO G – Resoluções TSE		733
1.	Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019	733
2.	Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019	736
3.	Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019	771
4.	Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019	785
5.	Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019	803
6.	Resolução nº 23.621, de 25 de junho de 2020	837
7.	Resolução nº 23.622, de 1º de julho de 2020	838
8.	Resolução nº 23.623, de 30 de junho 2020	839
9.	Resolução nº 23.624, de 13 de agosto de 2020	841
10.	Resolução nº 23.625, de 13 de agosto de 2020	849
11.	Resolução nº 23.627, de 13 de agosto de 2020	853